

Procedimento PDC N.º 2/2025

CADERNO DE ENCARGOS

“Prestação de serviço de inquérito nacional no âmbito do projeto EU *Kids Online III*”

NOVA FCSH – 2025

## Índice

CLÁUSULA 1. <sup>a</sup> - OBJETO .....	3
CLÁUSULA 2. <sup>a</sup> – DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO.....	3
CLÁUSULA 3. <sup>a</sup> - PRAZO .....	4
CLÁUSULA 4. <sup>a</sup> - PREÇO BASE E CONTRATUAL .....	4
CLÁUSULA 5. <sup>a</sup> - REVISÃO DE PREÇOS E ADIANTAMENTOS.....	5
CLÁUSULA 6. <sup>a</sup> - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	5
CLÁUSULA 7. <sup>a</sup> - LOCAL DA EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO .....	6
CLÁUSULA 8. <sup>a</sup> – EQUIPA.....	6
CLÁUSULA 9. <sup>a</sup> – GESTOR DO CONTRATO.....	7
CLÁUSULA 10. <sup>a</sup> - VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO .....	7
CLÁUSULA 11. <sup>a</sup> - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO .....	8
CLÁUSULA 12. <sup>a</sup> - CESSAÇÃO.....	10
CLÁUSULA 13. <sup>a</sup> - RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA .....	10
CLÁUSULA 14. <sup>a</sup> - PENALIDADES CONTRATUAIS .....	11
CLÁUSULA 15. <sup>a</sup> - FORÇA MAIOR.....	12
CLÁUSULA 16. <sup>a</sup> - ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO.....	13
CLÁUSULA 17. <sup>a</sup> – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL .....	14
CLÁUSULA 18. <sup>a</sup> – SIGILO E PUBLICIDADE .....	14
CLÁUSULA 19. <sup>a</sup> – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	15
CLÁUSULA 20. <sup>a</sup> – SEGUROS.....	16
CLÁUSULA 21. <sup>a</sup> - CAUÇÃO.....	17
CLÁUSULA 22. <sup>a</sup> - NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES.....	17
CLÁUSULA 23. <sup>a</sup> - MODIFICAÇÕES OBJETIVAS DO CONTRATO.....	17
CLÁUSULA 24. <sup>a</sup> - CONTAGEM DOS PRAZOS.....	17
CLÁUSULA 25. <sup>a</sup> - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E JURISDIÇÃO COMPETENTE .....	17
CLÁUSULA 26. <sup>a</sup> - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL .....	17
CLÁUSULA 27. <sup>a</sup> – DISPOSIÇÃO FINAL.....	18
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	19

Procedimento PDC N.º 2/2025

## CADERNO DE ENCARGOS

“Prestação de serviço de inquérito nacional no âmbito do projecto *Eu Kids Online III*”

### CLÁUSULA 1.ª - OBJETO

1. O presente procedimento tem por objeto a celebração do contrato de aquisição de serviços de apoio à investigação para o ICNOVA, no âmbito do projeto “Prestação de serviço de inquérito nacional no âmbito do projecto *EU Kids Online III*”, (330912), projeto este financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian de acordo com as Especificações Técnicas e nos termos e condições constantes do Caderno de Encargos, que fazem parte integrante das peças oficiais do mesmo.
2. O objeto do contrato encontra-se classificado de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), aprovado como anexo ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão Europeia, de 28 de novembro de 2007, com o seguinte código:  
CPV: 79311200-9 Serviços de realização de inquéritos;

### CLÁUSULA 2.ª – DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO

1. O contrato será reduzido a escrito.
2. O Contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Adjudicatária.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergências entre os documentos referidos no precedente n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

#### CLÁUSULA 3.ª - PRAZO

O Contrato entra em vigor na data da sua assinatura e irá vigorar pelo prazo máximo de 12 semanas, suspendendo-se durante as eventuais interrupções letivas e retomando no dia útil seguinte, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### CLÁUSULA 4.ª - PREÇO BASE E CONTRATUAL

1. O preço base, de acordo com o previsto no artigo 47.º do CCP, é entendido como o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato, é de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável;
2. O preço contratual, de acordo com o previsto no artigo 97.º do CCP, entendido como o preço que a Entidade Adjudicante pagará pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato, será fixado de acordo com a proposta adjudicada.
3. O preço contratual, referido no número anterior e definido pela proposta adjudicada no âmbito do presente procedimento, deve incluir todos os licenciamentos, direitos, custos, encargos e despesas inerentes à execução do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, compreendendo, nomeadamente, se aplicável, os relativos a alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, seguros, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros encargos legalmente devidos.

#### CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> - REVISÃO DE PREÇOS E ADIANTAMENTOS

1. O preço contratual é fixo e não está sujeito a revisão de preços.
2. Não haverá lugar a adiantamentos no âmbito da execução do Contrato

#### CLÁUSULA 6.<sup>a</sup> - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos ao abrigo do Contrato serão efetuados nos termos da proposta adjudicada, após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento de despesas públicas, diretamente pela Entidade Adjudicante e em nome da qual deverão ser emitidas as faturas, com indicação do número de compromisso constante da Clausula 26.<sup>a</sup> com a epígrafe - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL.
2. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a data da receção das faturas, pelos serviços competentes daquela, e depois de estas terem sido certificadas pelo Gestor do Contrato.
3. Para os efeitos do número anterior, as faturas só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações a que dizem respeito.
4. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, nomeadamente quanto aos valores indicados nas faturas, esta deverá comunicá-la e os respetivos fundamentos ao Adjudicatário, por escrito, o qual ficará obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. De acordo com a Diretiva 2014/55/EU e Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, a Entidade Adjudicante está obrigada a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do art.º 299.º-B do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.
6. O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pela Entidade Adjudicante é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), sendo que os operadores económicos deverão enviar as suas faturas eletrónicas através de interligação dos seus *softwares* de faturação com a Rede *Saphety* ou outra ou, em alternativa, através do acesso ao Portal *SaphetyDoc*.
7. A *Saphety* dispõe de uma linha de apoio aos fornecedores da Administração Pública, com vista ao esclarecimento de questões relativas à adesão à faturação

eletrónica, através do email [forneecedores.saphetygov@saphety.com](mailto:forneecedores.saphetygov@saphety.com) ou do telefone + 351 210 174 065 (dias uteis 9h-13h e 14h-18h).

8. Em alternativa aos meios supra referidos, as faturas deverão ser enviadas para o email [faturas@unl.pt](mailto:faturas@unl.pt) em formato *pdf*, após a realização dos serviços, até ao termo do prazo de execução do contrato.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no precedente n.º 1, as faturas serão pagas mediante transferência bancária.
10. A inobservância dos prazos de pagamento previstos no precedente n.º 1 confere ao Adjudicatário o direito ao pagamento dos correspondentes juros moratórios, sem prejuízo dos demais direitos que legalmente lhe assistam.
11. Os juros previstos na lei para a mora no pagamento só serão abonados ao Adjudicatário desde que este o solicite expressamente, mediante requerimento dirigido à Entidade Adjudicante.

#### CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> - LOCAL DA EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO

Os serviços, objeto do presente procedimento, devem ser executados nas instalações da Entidade Adjudicante e/ou em conformidade com as instruções da Entidade Adjudicante.

#### CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> – EQUIPA

1. Para o integral cumprimento da execução das tarefas que constituem o objeto do presente procedimento, o Adjudicatário deverá designar elementos com experiência profissional, preparação técnica e qualificações adequadas às suas funções, sendo devidamente coordenados e orientados na execução dessas funções.
2. A composição da equipa de trabalho deverá ser estável ao longo da vigência do contrato e na concretização do seu objeto, devendo, sempre que este considerar conveniente para a boa execução dos trabalhos, propor a substituição dos seus elementos, com prévia comunicação e mediante aceitação da Entidade Adjudicante.

#### CLÁUSULA 9<sup>a</sup> – GESTOR DO CONTRATO

1. A Entidade Adjudicante designa como “Gestor do Contrato”, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 290.º-A do CCP e para validação da faturação, com exceção da execução financeira, a Professora Doutora Cristina Ponte, na qualidade de coordenadora do ICNOVA da NOVA FCSH.
2. Sem prejuízo do previsto no CCP, compete ao Gestor do Contrato monitorizar a execução do mesmo e comunicar ao Adjudicatário desvios, defeitos ou outras anomalias na respetiva execução, propondo as medidas corretivas que, em cada caso, se revelarem adequadas.
3. O Adjudicatário fica obrigado a manter contatos permanentes com o Gestor do Contrato designado, que deve ser informado, cabal e atempadamente, da evolução da respetiva execução, através da entrega de relatórios sobre a atividade desenvolvida e eventuais problemas que possam surgir, cuja periodicidade, metodologia de preparação, formato e entrega deverá ser combinada com o mesmo.
4. Após a avaliação da documentação apresentada com a proposta ou ainda por consulta aos relatórios de progresso que forem sendo apresentados/aprovados durante a execução do Contrato, a Entidade Adjudicante poderá efetuar vistorias para verificar se o objeto contratual refletido na proposta adjudicada está a ser cumprido, em conformidade com as “Especificações Técnicas” e com os níveis de qualidade exigidos.

#### CLÁUSULA 10.<sup>a</sup> - VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

1. Sem prejuízo de outras diligências especialmente previstas, uma vez prestados os serviços, a Entidade Adjudicante, através do Gestor de Contrato, procede à análise quantitativa e qualitativa destes, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características, e requisitos técnicos definidos nas peças oficiais do procedimento.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise a que se refere o n.º 1 supra não comprovar a sua conformidade ou no caso de existirem discrepâncias com as características e requisitos técnicos definidos nas peças oficiais do procedimento, a Entidade Adjudicante informará, por escrito, o Adjudicatário.

4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa, no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às alterações e/ou substituições e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, quantidades, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e/ou substituições e complementos necessários pelo Adjudicatário, a Entidade Adjudicante procede a nova análise, nos termos do precedente n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a total conformidade com as exigências legais, e não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, quantidades e requisitos técnicos definidos nas peças oficiais do procedimento, os serviços prestados serão considerados conformes. A declaração de conformidade não implica a aceitação de eventuais defeitos e/ou discrepâncias dos bens e/ou serviços com as características, especificações, quantidades e requisitos técnicos previstos ou que, porventura, resultem de exigências legais, que não eram visíveis nem foram detetados durante o período de verificação.

#### CLÁUSULA 11.ª - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente documento, da celebração do Contrato decorre para o Adjudicatário a obrigação do exato e pontual cumprimento das prestações contratadas, de acordo com o previsto na proposta adjudicada, nos documentos procedimentais e na legislação aplicável em vigor em cada momento.
2. O Adjudicatário fica obrigado a manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social.
3. O Adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, de acordo com o previsto no Contrato.
4. A deteção de situações anómalas no âmbito da prestação de serviços obriga à sua comunicação imediata à Entidade Adjudicante, sendo o Adjudicatário responsabilizado pelas consequências da sua não comunicação imediata.



5. O Adjudicatário é responsável pela qualidade técnica, funcional e operacional dos bens/serviços fornecidos/prestados, bem como pelo cumprimento do enquadramento legal aplicável a cada situação, correndo por sua conta a reparação dos danos e prejuízos causados por incumprimento, incluindo por eventuais perdas de garantia dos bens/serviços abrangidos.
6. O Adjudicatário fica vinculado, nomeadamente, às seguintes obrigações:
  - a) Prestação dos serviços identificados na sua proposta, em conformidade com o estipulado nas peças oficiais do procedimento;
  - b) Afetação à prestação dos serviços contratados de pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação técnica, se aplicável;
  - c) Utilização correta das instalações e dos bens de equipamento que lhe forem confiados, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou funcionamento que lhe sejam dadas pela Entidade Adjudicante, bem como, em especial, as regras de segurança aplicáveis, designadamente no que respeita às chaves das instalações, se aplicável;
  - d) Comunicação à Entidade Adjudicante, se aplicável, a nomeação do Gestor de Cliente responsável pelo Contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
  - e) Responsabilização pelos danos causados diretamente à Entidade Adjudicante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
  - f) Comunicação antecipada à Entidade Adjudicante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, dos factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
  - g) Comunicação de qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que determine alterações com relevância para a prestação objeto do mesmo, designadamente, à denominação social do Adjudicatário, aos seus representantes legais, forma de obrigar, situações jurídica ou comercial, bem como às respetivas moradas e contatos indicados no Contrato e/ou fixados, por qualquer;

- h) Emissão da fatura após o vencimento da obrigação titulada pela mesma e respetiva entrega na morada indicada na nota de encomenda, bem como emissão de relatórios de faturação, se solicitados, que permitam à Entidade Adjudicante monitorizar o contrato celebrado;
  - i) Prestação dos esclarecimentos necessários relativamente aos valores indicados na fatura, bem como emissão de nova fatura corrigida ou equivalente, se for o caso;
  - j) Respeito pelas normas europeias e portuguesas, especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
7. O Adjudicatário constitui-se, ainda, na obrigação de zelar para que o tempo de resposta a todas as matérias/questões colocadas pela Entidade Adjudicante não exceda 10 (dez) dias úteis, nas situações normais e 3 (três) dias úteis nas situações urgentes.
8. Se aplicável, o Adjudicatário fica, ainda, vinculado a assegurar o cumprimento do disposto no artigo 419.º - A, do CCP, no que respeita à relação jurídico-laboral dos trabalhadores afetos à prestação de serviços objeto do presente procedimento.

#### CLÁUSULA 12.ª - CESSAÇÃO

O Contrato cessará nas seguintes situações:

- a) Impossibilidade objetiva permanente, não imputável a qualquer das partes;
- b) Caducidade ou resolução do Contrato;
- c) Demais casos, quer legal ou contratualmente previstos, quer impostos pelos organismos oficiais competentes;
- d) Por acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA 13.ª - RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA

1. A Entidade Adjudicante, independentemente das demais sanções e penalidades legal e contratualmente previstas, poderá decidir a resolução do Contrato quando não sejam cumpridas pelo Adjudicatário quaisquer cláusulas contratuais e desde que tal não resulte de motivos de força maior, nomeadamente:
- a) Não conformidade dos serviços prestados com as Especificações Técnicas;
  - b) Incumprimento definitivo do Contrato;

- c) Incumprimento de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - d) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder 20% do preço contratual;
  - e) Nas situações previstas nas alíneas c), d), f) e h) do número 1 do artigo 333º do CCP.
- 2. A resolução do Contrato não afetará a parte já cumprida do mesmo se, do ponto de vista da Entidade Adjudicante, tal parte tiver interesse para esta entidade, pois, caso contrário, a eficácia será retroativa.
  - 3. A resolução do Contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade Adjudicante, com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos.
  - 4. A comunicação da resolução do Contrato deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção.

#### CLÁUSULA 14.<sup>a</sup> - PENALIDADES CONTRATUAIS

- 1. Quando não sejam cumpridos pelo Adjudicatário os níveis de serviço a que está obrigado, desde que tal não resulte de motivos de força maior e sem prejuízo das situações de rescisão do Contrato previstas, a Entidade Adjudicante poderá aplicar penalidades pecuniárias, calculadas de acordo com o tipo de incumprimento observado, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, com um mínimo correspondente a 1% do preço base do procedimento fixado no presente Caderno de Encargos, por cada dia de atraso.
- 2. Integram o conceito de incumprimento contratual sancionável, entre outros, os seguintes comportamentos do Adjudicatário:
  - a) Atraso no início da prestação dos serviços;
  - b) Atraso na alocação dos recursos humanos contratados e/ou na sua substituição, quando requerida pela Entidade Adjudicante; (se aplicável);
  - c) Não comparência reiterada dos recursos humanos na data e hora indicadas pela Entidade Adjudicante;
  - d) Não alocação (ou atraso na mesma) de recursos humanos com os perfis exigidos. (se aplicável)

3. Em caso de resolução do contrato a celebrar nos termos do presente Caderno de Encargos por incumprimento do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante poderá exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do Contrato, por resultar da mesma, grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Para efeito dos limites previstos nos números anteriores, quando o Contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
6. O não cumprimento das cláusulas contratuais a que o Adjudicatário se tenha obrigado, e quando a sua gravidade o justifique pelos prejuízos causados à Entidade Adjudicante, por razões que lhe sejam imputáveis e que não resultem de motivos de força maior, poderá constituir fundamento para a rescisão imediata do contrato, com perda de direito a indemnização, independentemente das demais sanções previstas na lei e de outros procedimentos que se decida adotar.
7. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
8. Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o Adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.
9. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
10. As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao Adjudicatário não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
11. Em caso de atraso da Entidade Adjudicante no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

#### CLÁUSULA 15.<sup>a</sup> - FORÇA MAIOR

1. Para efeitos do Contrato, entende-se por casos de força maior, aqueles que se situem fora do controlo do Adjudicatário, desde que não provocados por

negligência ou falta grave da sua parte. Tais casos incluem, entre outros, greves, guerra, agressões armadas, tumultos, incêndios, explosões, cataclismos, atos contra a segurança pública, epidemias e restrições devido a quarentenas de que resultem atraso e/ou interrupção do fornecimento e/ou da prestação de serviços.

2. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
4. A parte que invocar ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos fortuitos ou de força maior deverá, imediatamente, comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### CLÁUSULA 16.ª - ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO

O Adjudicatário deverá informar a Entidade Adjudicante das alterações verificadas durante a execução do Contrato referentes a:

- a) poderes de representação;
- b) nome ou denominação social;

- c) endereço ou sede social;
- d) quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação económico-financeira.

#### CLÁUSULA 17.ª – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato (incluindo quaisquer créditos) sem autorização prévia, por escrito, da Entidade Adjudicante.
2. Sem prejuízo do previsto no CCP, para efeito da autorização prevista no número anterior, deve:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no âmbito do procedimento pré-contratual e do contrato celebrado;
  - b) Ser apreciado pela Entidade Adjudicante, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do presente Contrato.

#### CLÁUSULA 18.ª – SIGILO E PUBLICIDADE

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem

prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

5. O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o Contrato sem autorização prévia, por escrito, da Entidade Adjudicante.

#### CLÁUSULA 19.ª – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. Se aplicável, o Adjudicatário compromete-se a obter, junto dos titulares de dados pessoais sujeitos a qualquer operação de tratamento, na medida do estritamente necessário para a integral e adequada prossecução dos fins delimitados pelo âmbito do Contrato, o respetivo consentimento explícito para determinada finalidade específica, bem como para o cumprimento das obrigações jurídicas a que a Entidade Adjudicante esteja sujeita em virtude do mesmo, nomeadamente, as relativas a comunicações e fornecimento dos dados pessoais em questão aos serviços/entidades/organismos internos da Entidade Adjudicante, no âmbito da relação jurídica estabelecida.
2. O Adjudicatário não tratará os dados pessoais para fins próprios, nem fará uso dos mesmos em qualquer produto ou serviço disponibilizado a terceiros.
3. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela UNL ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela própria UNL.
4. O Adjudicatário compromete-se, igualmente, perante a Entidade Adjudicante, a declarar, por escrito, ter informado os titulares dos dados pessoais a que aludem os números anteriores dos direitos que lhes assistem relativamente aos mesmos, nomeadamente, os direitos ao acesso, retificação, apagamento, limitação e oposição do tratamento, portabilidade, revogação do consentimento prestado e reclamação às autoridades de controlo, bem como do prazo de conservação dos seus dados pessoais após a cessação da relação jurídica estabelecida.

5. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a UNL venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, bem como dos seus eventuais subcontratantes, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
6. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à Entidade Adjudicante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a Entidade Adjudicante e o referido colaborador.
7. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo da cessação.

#### CLÁUSULA 20.<sup>a</sup> – SEGUROS

1. Sem prejuízo do disposto *supra* relativamente às obrigações e responsabilidades do Adjudicatário, e sem que isso constitua limitação das mesmas, nos termos do previsto no Contrato e demais documentação, o Adjudicatário deverá ser o tomador das apólices de seguro necessárias, ou regime equivalente, à cobertura dos seguintes riscos:
  - a) Acidentes de trabalho;
  - b) Responsabilidade civil por quaisquer danos ocorridos durante a execução do Contrato, e que cubra, como mínimo até ao respetivo valor, as tarefas a executar pelo Adjudicatário ao abrigo do mesmo durante a sua vigência.
2. O Adjudicatário apresentará, antes da outorga do contrato, as apólices de seguro mencionadas no número anterior, mediante solicitação da Entidade Adjudicante.
3. A Entidade Adjudicante poderá exigir, a todo o momento, ao Adjudicatário a apresentação das apólices de seguro e os recibos comprovativos do pagamento dos prémios respetivos.
4. Qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será suportada pelo Adjudicatário.



#### CLÁUSULA 21.<sup>a</sup> - CAUÇÃO

Não é exigida prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

#### CLÁUSULA 22.<sup>a</sup> - NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

1. As notificações e comunicações entre as partes do Contrato devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte tempestivamente e por escrito.

#### CLÁUSULA 23.<sup>a</sup> - MODIFICAÇÕES OBJETIVAS DO CONTRATO

Sem prejuízo do disposto nos artigos 311.º e seguintes do CCP, quaisquer alterações a introduzir no Contrato, no decurso da respetiva vigência, só serão válidas após acordo prévio, reduzido a escrito e assinado por ambas as partes.

#### CLÁUSULA 24.<sup>a</sup> - CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no Contrato não se suspendem em sábados, domingos e dias feriados, salvo indicação expressa em contrário.

#### CLÁUSULA 25.<sup>a</sup> - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E JURISDIÇÃO COMPETENTE

1. O Contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa aplicável.
2. No caso de recurso aos Tribunais, o foro escolhido será o Tribunal Administrativo de Círculo (TAC) de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.
3. As partes podem acordar em que todo e qualquer litígio emergente do Contrato seja dirimido pelo recurso à arbitragem.

#### CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

1. A despesa inerente à execução do objeto do Contrato será satisfeita através da correspondente dotação do Orçamento de 2025, do projeto de investigação, “Projeto Eu Kids Online III”, (330912), projeto este financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian
2. O número de compromisso do Contrato, conforme exigido no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é o **FCSH-2025/\_\_\_\_\_**.

CLÁUSULA 27.<sup>a</sup> – DISPOSIÇÃO FINAL

A adjudicação e a minuta do contrato foram aprovadas por despacho do Senhor Subdiretor, Professor Doutor Rui Pedro Julião, datado de \_\_\_\_\_

[FIM DO CLAUSULADO]

Anexo:

A - Especificações Técnicas.

## ANEXO A

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### A. Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de inquérito nacional no âmbito do projeto EU *Kids Online III*".

#### B. Serviços a executar

##### a) Objetivo:

O objetivo principal da tarefa consiste na aplicação de um inquérito por questionário de âmbito nacional, com o qual se pretende identificar os modos de acesso, atividades, competências e forma de lidar com os riscos da internet por parte de crianças/jovens entre os 10 e os 16 anos, bem como os ambientes de intervenção familiar, da escola e de amigos/pessoas da mesma idade.

##### b) Metodologia e amostra:

- i. Aplicabilidade do inquérito por questionário a crianças/jovens portugueses entre os 10 e os 16 anos de idade;
- ii. Amostra de todas as crianças nascidas entre 2009 e 2015 (crianças que terão entre 10 e 16 anos de idade em 2025). Um mínimo de 95% da população-alvo elegível deve estar na base da amostra;
- iii. Aplicabilidade do estudo numa amostra nacional de escolas, públicas e privadas, que vão servir como *clusters* para a aplicação do questionário aos alunos dos ciclos escolares correspondentes a crianças/jovens de 10-16 anos, do ensino regular e vocacional (do primeiro ano do 2º ciclo ao segundo ano do Ensino Secundário – 6º ano ao 11º ano);
- iv. Prevê-se a inquirição de 2600 crianças/jovens de 10 a 16 anos de idade;
- v. As escolas serão consideradas como 'unidades primárias' de sondagem, dentro das quais serão selecionadas aleatoriamente turmas. Devem ser incluídas na análise pelo menos 50 turmas de 50 escolas diferentes;
- vi. Definição da amostra de escolas, tendo em conta os seguintes critérios de estratificação: *natureza do estabelecimento de ensino* (público e privado), *região* (NUT II) e *ciclos de ensino oferecidos*;

- vii. A equipa EU Kids Online Portugal conta com a colaboração da Direção Geral de Educação no estabelecimento de contactos com escolas;
  - viii. A seleção envolverá, pelo menos, uma turma (de acordo com o ciclo escolar e correspondência com as idades pretendidas) para cada escola escolhida;
  - ix. Responderão ao questionário todos os alunos da turma selecionada, que tenham dado o seu consentimento informado e que apresentem o consentimento informado por parte do encarregado de educação;
  - x. A forma de recolha de dados é direta, por autopreenchimento;
  - xi. O questionário estará disponibilizado em ecrãs, e cada aluno responderá individualmente, em condições de privacidade, numa sala da escola previamente preparada para o efeito;
  - xii. Em cada sessão estarão presentes um docente e um membro da empresa de estudos de mercado que realizará o trabalho de campo.
- c) Questões de natureza ética:
- i. Garantir o cumprimento dos procedimentos de amostragem;
  - ii. Garantir que os consentimentos legais e dados de caracterização socioeconómica das famílias são recolhidos antes do preenchimento do questionário;
  - iii. Esclarecer os direitos das crianças na participação em investigação, eventuais dúvidas de preenchimento do questionário;
  - iv. Assegurar que as respostas se deem em condições de privacidade;
  - v. Recolha, transmissão e armazenamento de dados de modo eletrónico, e em condições de segurança tecnológica, nomeadamente encriptação, deverão ser asseguradas pela Adjudicatária que fará o trabalho de campo;
  - vi. A equipa afeta à aplicação do questionário deve ter formação em serviços de investigação e experiência prévia de terreno com crianças, devendo, para o efeito, ser entregues os comprovativos até 3 (três) dias antes da Outorga do Contrato, bem como, de forma obrigatória, os Registos Criminais da Equipa;
- d) Requisitos do serviço a executar:
- i. Explicitar o procedimento de amostragem das escolas, assegurando as orientações da equipa de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, indicando: a escolha da amostra, os critérios de inclusão das

escolas, o número previsto de participantes, o seu modo de recrutamento e os locais onde decorrerá;

- ii. Proceder à pré-testagem da aplicação do inquérito, atendendo às especificidades do público a inquirir;
- iii. Receber e implementar o questionário formulado pela equipa de investigação, fornecendo todos os conselhos necessários à prossecução desta tarefa e prestando todas as informações associadas à aplicação do inquérito quando solicitado pela equipa de investigação;
- iv. Conduzir o trabalho de campo em Portugal de acordo com os padrões nacionais e internacionais de rigor e qualidade, tendo em conta o calendário definido;
- v. Cumprir os requisitos legais e os procedimentos éticos relativos à investigação nacional/ internacional com menores;
- vi. Registrar, codificar, verificar e corrigir os dados recolhidos de acordo com elevados padrões de qualidade, especificando os valores omissos ("missing values") de acordo com os requisitos e a adequada aplicação dos filtros necessários;
- vii. Entregar à equipa de investigação os dados resultantes da aplicação do inquérito, organizados num ficheiro com a base de dados completa, sem erros e em formato adequado (*raw SPSS file*),
- viii. Os dados decorrentes do inquérito têm de ser entregues antes do termo do contrato.

e) Prazos de entrega:

- i. O trabalho de campo tem o prazo de doze semanas, desde o início da identificação das escolas participantes à entrega da base de dados recolhidos à equipa de investigação portuguesa.
- ii. Os serviços a contratar têm como limite máximo de conclusão o último dia da 12ª semana.

C. Prazo de Execução:

O Contrato entra em vigor na data da respetiva assinatura e irá vigorar pelo prazo máximo de 12 semanas (desde o início da identificação das escolas participantes à

entrega da base de dados), suspendendo-se durante as eventuais interrupções letivas e retomando no dia útil seguinte, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, prevendo-se que os pagamentos sejam efetuados em tranches e após validação do serviço por parte do Gestor de Contrato.